

## OITO EM CADA DEZ BRASILEIROS CONCORDAM: INDÚSTRIA DO TABACO E DE AGROTÓXICOS DEVEM RESSARCIR O SUS

Mais da metade dos brasileiros é favorável ao ressarcimento ao Sistema Único de Saúde por parte de empresas que fabricam produtos nocivos à saúde. Esse é o resultado de pesquisa encomendada pela Aliança de Controle do Tabagismo e Saúde (ACT+) ao Instituto Datafolha.

Cerca de oito em cada dez brasileiros (79%) concordam parcial ou totalmente com a ideia de que a indústria dos agrotóxicos deveria ressarcir o SUS por doenças que podem surgir pelo consumo destes produtos. Proporção próxima, sete em dez, têm a mesma postura frente à indústria do tabaco (70%), e seis em cada dez, à indústria de bebidas alcólicas (63%). Em relação a bebidas industrializadas, tais como as açucaradas, e aos alimentos ultraprocessados ou fast-food, a concordância é de 53%.

Ainda em relação ao tabaco, 63% dos entrevistados concordam que as indústrias deveriam ressarcir também os planos de saúde privados. Entre os fumantes, estas proporções são relativamente altas: 63% e 56%, respectivamente

A pesquisa, que entrevistou 2.041 pessoas a partir de 16 anos de idade em todas as regiões brasileiras, revelou um dado estupefacente: Oito em cada dez famílias brasileiras são acometidas por alguma doença crônica não transmissível – DCNTs (84%).

Quatro grupos de doença de maior magnitude estão incluídas nas DCNTs: circulatórias, câncer, respiratórias crônicas e diabetes, cujos principais fatores de risco são: tabagismo, uso prejudicial de álcool, inatividade física e alimentação não saudável.

“É inaceitável que indústrias que causam danos a saúde e ao meio ambiente fiquem com o lucro do negócio e compartilhem todos os custos com a sociedade. Podemos e devemos mudar essa dinâmica perversa para cuidar melhor da saúde das pessoas e o financiamento do SUS é um dos temas principais a ser tratado na 15ª Conferência Nacional de Saúde que começa dia 30,” diz Paula Johns, diretora-executiva da ACT+.

### RESSARCIMENTO AO SUS

A pesquisa também revelou que 75% dos entrevistados apoiam o aumento de impostos de produtos de tabaco, medida comprovadamente eficaz para reduzir a prevalência de fumantes.

O Brasil gasta pelo menos R\$ 23 bilhões por ano com o tratamento de doenças tabaco-relacionadas: três vezes mais do que a indústria do tabaco paga de impostos. E isto sem considerar a totalidade de doenças provocadas pelo fumo, nem os custos indiretos a elas associados, como aposentadorias precoces e benefícios previdenciários.

Estimativas para o Brasil sugerem que a perda de produtividade no trabalho e a diminuição da renda familiar resultantes de apenas três DCNTs (diabetes, doença do coração e acidente

vascular encefálico) levarão a uma perda na economia brasileira de US\$ 4,18 bilhões entre 2006 e 2015.

Com base nestes dados, a ACT+ apoia dois Projetos de Lei que considera fundamentais para o financiamento do sistema público de saúde:

- 1) **PLP 4/2015**, que institui a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE) incidente sobre a fabricação ou a importação de tabaco e seus derivados para o custeio de ações de tratamento aos doentes vítimas do tabagismo.
- 2) **PLP 161/2000**, que cria o Fundo de Reparação Civil com o objetivo de ressarcir ao SUS pelas despesas com atendimento e tratamento de pacientes portadores de doenças tabaco relacionadas, promoção de campanhas educativas e realização de pesquisas para a prevenção de patologias provocadas ou agravadas pelo tabagismo.

Países como Estados Unidos e Canadá vem questionando e já há decisões judiciais no sentido de responsabilizar as empresas de tabaco e/ou promover o ressarcimento ao Estado em face das despesas com saúde. Saiba mais:

[http://www.actbr.org.br/uploads/conteudo/1036\\_SUS\\_tabaco.pdf](http://www.actbr.org.br/uploads/conteudo/1036_SUS_tabaco.pdf)

[http://www.actbr.org.br/uploads/conteudo/1037\\_CIDE\\_tabaco.pdf](http://www.actbr.org.br/uploads/conteudo/1037_CIDE_tabaco.pdf)